

LEI Nº 11, DE 07 DE JULHO DE 1858.

Orça a Receita e fixa a Despesa Provincial para o exercício financeiro de 01/01 a 31/12 de 1859. Ementa inserida pelo IMPL.

Joaquim Raimundo de Lamare Guarda Roupa de Sua Magestade O Imperador, Chefe de Divisão da Armada Nacional e Imperial, Official das Ordens Imperial do Cruzeiro e da Rosa, Condecorado com a Medalha de Ouro do Combate do Tonelero e Presidente da Provincia de Mato Grosso: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte.

Capitulo 1º

Da Despeza

Art°. 1°. O Presidente da Provincia he autorisado a despender no financeiro de 1°de Janeiro á 31 de Dezembro de 1859, á quantia de R^S 96:686\$653.

§ 1°. Com a Representação Provincial	5:984\$000
a saber:	
1°. Subsidio aos Membros do Corpo Legislativo	4.884\$000
2°. Ajuda de custo de vinda e volta aos que morão fóra	260\$000
da Capital	
3°. Ordenado aos Empregados da Secretaria e ao	640\$000
Porteiro	
4°. Expediente e reparos da Casa das Sessões	<u>200\$000</u>

5:840\$000
2.320\$000
1.160\$000
400\$000
360\$000
1.600\$000

§ 3°. Com a Estação das Rendas

13:349\$333

	1	
า	saber	•••
а	Sauci	

1°. Ordenado aos Empregados e ao Porteiro, inclusive o	
de dous Escripturarios que formão a Secção de Tomada	3.800\$000
de Contas, desde já	
2°. Gratificação aos mesmos, na proporção ultimamente	
estabelecida, desde já	1.040\$000
3°. Ordenado a hum Thesoureiro aposentado	189\$333
4°. Dito ao Guarda do Curral	120\$000
5°. Commissão aos Exactores das Rendas e ao	
Procurador Fiscal, ficando elevada a 20% a dos	
Collectores dos Mercados, para estes, seos Escrivões e	8.000\$000
Agentes	
Expediente	<u>200\$000</u>

§ 4°. Com a Instrucção Publica	12:796\$000
a saber:	
1°. Ordenado ao Inspector dos estudos	720\$000
2°. Gratificação ao Amanuense	120\$000
3°. Ordenado ao Professor de Philosofia	600\$000
4°. Dito a dous ditos de Grammatica Latina, sendo	
800\$000 para o desta Capital	1.200\$000
5°. Gratificação pelo ensino da Lingoa Francesa ao	
Professor de Grammatica desta mesma Capital	300\$000
6°. Ordenados a 16 Professores de instrucção primaria	
inclusive mais 120\$000 a cada hum dos de Mato	
Grosso, Poconé e Diamantino; 110\$000 ao da Freguezia	
de Pedro Segundo, e 100\$000 a cada hum dos das	7.220\$000
outras Freguezias	
7°. Dito a duas Professoras de meninas	800\$000
8°. Dito ao Adjunto do Professor da Escola do 2° gráo	240\$000
9°. Gratificação a hum Professor de Escripturação	180\$000
Mercantil	
10°. Consignação para papel, tinta, canivetes e lapis	
para o ensino dos meninos pobres	400\$000
11°. Dita para os alugueis de casas dos Professores de	
instrucção primaria, inclusive 48\$000 para a da	
Freguezia de Pedro Segundo, e 200\$000 para as duas	<u>1:016\$000</u>

§ 5°. Com o Culto Publico a saber: 1°. Guisamento a Sé e a 14 Igrejas Parochiaes 2°. Congruas aos Coadjutores da Sé, desde já, e da Igreja da Villa do Diamantino, sendo a deste 300\$000 reis e a daquelle 360\$000 3°. Congruas a quatro Coadjutores, inclusive hum para a Freguezia de Santa Anna do Paranahyba, cujo lugar fica creado desde já,

Professoras

4°. Consignação para adjutorio da Fabrica da Sé e para pagamento do côro de musica e do organista 150\$000 5°. Gratificação ao Cura da Sé e ao Vigario da Villa de Santa Anna do Paranahybá, a 100\$000 cada hum 200\$000 6°. Consignação para as compras de paramentos e alfaias para as Igrejas Parochial 1:200\$000

§ 6°. Com a Illuminação Publica

7.575\$660

a saber:

1°. Consignação para a factura de 40 lampeões mais pelo novo systema adaptado, para serem collocados na
Freguezia da Sé, desde já 1.800\$000
2°. Consignação para compras de esteios de aroeira para a collocação daquelles que se destinarem aos lugares em que não houver edificio 160\$000
3°. Dita para o costeamento e serviço dos existentes e dos 40 que se hão de fazer 5:315\$000
4°. Dito para compras de vidros e concertos 100\$000

§ 7°. Com as Obras Publicas

26:800\$000

a saber:

1°. Consignação para os concertos e reparos, desde já, das Igrejas Parochiaes, sendo 2:500\$000 para as da Igreja do Diamantino, 300\$ para da Igreja de Santo Antonio, e 300\$ para as obras da Torre da Capella de Nossa Senhora da Boa Morte; bem como para reparos de Cadêas, inclusive 1:000\$0000 para a construcção de huma Casa 6.800\$000 de prisão na Freguezia de Santo Antonio 2°. Consignação para construcção de Cadêa nesta Capital 5.000\$000 3°. Dita para a factura de novas pontes, inclusive 5:000\$000, desde já, para a do Coxipó-guassú 8.000\$000 4°. Dita para os concertos das existentes, e para os das estradas do interior da Provincia 1:500\$000 5°. Dita para adjutorio das despezas da construcção do edifício do Seminario Episcopal, desde já 3:000\$000 6°. Subvenção, a Santa Casa de Misericordia, desde já 2:500\$000

§ 8°. Com a Catechese dos Indios

2.360\$000

160\$000

200\$000

2.000\$000

1°. Gratificação ao Missionario Apostolico
2°. Dita ao Escripturario da Directoria geral
3°. Consignação para a catechese dos Indios Coroados

§ 9°. Com as diversas despezas e eventuaes

17:312\$000

3 de 6 26/11/2013 09:55

a saber:

2:000\$000

a saber: 1°. Consignação para o sustento dos presos pobres 1.800\$000 2°. Gratificação ao encarregado do unicíp da Sé, sendo obrigado aos pequenos concertos 200\$000 3°. Dita ao Commandante da Companhia de Pedestres em quanto este fizer o serviço da Policia 300\$000 4°. Consignação para aluguel de casa no 2° Districto desta Capital para o Mercado, e nos outros Municipios 600\$000 para o mesmo fim 5°. Indemnisação a Joaquim Candido Jarcem 320\$000 6°. Consignação para pagamento das praças da Secção de Companhia de Força Policial, que o Governo esta 10:000\$000 autorisado a crear 7°. Supprimento à Camara Municipal desta Capital para as obras do seu Municipio. 2.000\$000 8°. Indemnisação à Santa Casa de Misericordia do excesso das despezas que fez no financeiro de 1857 para o sustento dos presos pobres, desde já 92\$320

Capitulo 2º.

Da Receita

- **Artº. 2º**. A Receita Provincial para o financeiro desta Lei constará dos productos das imposições seguintes:
- §1°. Decimas prediaes.

9°. Despezas eventuaes

- §2°. Taxa de heranças e legados.
- §3°. Novos e velhos Direitos Provinciaes.
- §4°. Meia Siza das vendas e das doações de escravos, quando estas forem feitas inter vivos por pessôas que não sejão ascendentes e nem descendentes dos donatarios, e que para sua inteira validade não dependão de insinuação.
- §5°. Imposto de 1\$600 sobre o gado do consumo, excptuadas desse numero as vitelas que não forem destinadas para negocio.
- §6°. Dito de 2\$000reis sobre os bois que forem vendidos para fóra da Provincia, e de 4\$000 sobre as vaccas e novilhas.
- §7°. Dizimo dos generos de lavoura nos Districtos em que não houver Mercado, em quanto este se não puder estabelecer.
- §8°. Dito de ditas desta Capital e seos Districtos, que dão entrada para os Mercados, inclusive o da poaia e o imposto de 20% sobre a agoardente que será cobrado, desde já.
- §9°. Passagens de rios.
- §10°. Imposto sobre a carne sêcca.
- §11°. Imposto sobre as casas que venderem agoardente.

- §12°. Donativos a terças partes de Officios de Justiça.
- §13°. Papel sellado para acquisição de escravos.
- §14°. Imposto de 25\$000 sobre cada oleria em que se fabricarem telhas e tijolos.
- §15°. Dito de 10\$000 reis sobre cada huma rede de arrastar que for lançada no rio Cuiabá, do porto da chacara do Capitão Antonio Joaquim Ferreira Ramos para baixo, e do da chacara do Capitão João de Sousa Osorio para cima.
- §16°. Dito de 30\$000reis por vez sobre os que forem lançadas no mesmo rio no espaço comprehendido entre as partes das duas chacaras mencionadas no paragrapho antecedente.
- §17°. Multa sobre os contribuintes morosos.
- §18°. Juros de 9% pela detenção indebita de dinheiros Provinciaes em poder de Exactores.
- §19°. Imposto de 5% do ordenado dos Empregados que obtiverem licença com vencimento.
- §20°. Dito de 10% dos que forem aposentados.
- §21°. Divida activa anterior e posterior ao anno de 1836.
- §22°. Imposto de 30% sobre o valor de cada hum escravo que for vendido para fóra da Provincia.
- §23°. Dito de 10\$000 sobre os papeis de subscripção voluntaria que se houverem de manifestar para quaesquer fins, e multa da revalidação na razão de vinte vezes mais sobre os que forem apprehendidos com huma ou mais assignaturas sem o previo pagamento do imposto.
- §24°. Dons gratuitos, rendas do evento, saldo de exercicios findos, alcances de Collectores, multas por infrações de Leis e Regulamentos, reposições e outros rendas não especificadas.

Capitulo 3°.

Disposições geraes

- **Artº. 3º**. Continuão em vigor o artigo 18 da Lei nº 8 de 11 de Julho de 1851, e o artigo 5º da de nº 8 de 6 de Julho de 1854 e todas as mais disposições de Leis de Orçamento anteriores, que não versarem particularmente sobre a fixação a Receita e Despeza.
- **Artº. 4º**. Na falta de Sacerdotes nacionaes, poder-se-há empregar os estrangeiros no serviço das Igrejas Parochiaes, como melhor convier, e isto desde já.
- **Artº. 5º**. O Governo mandará pôr em hasta publica, para ser arrematada, a passagem do rio Paraguay no porto de Villa Maria, estrada geral que vai para Mato Grosso, sendo o arrematante obrigado a conservar á sua custa huma barca na mesma passagem, que lhe será fornecida pela Estação das Rendas.
- **Artº. 6º.** O Presidente da Provincia fica autorisado a mandar fazer os concertos necessarios na parte do rio Guaporé, na estrada que segue para Mato Grosso, e bem assim o beneficio que for preciso para melhoramento das demais passagens da mesma estrada.
- **Artº. 7º**. O mesmo Governo mandará fazer das obras decretadas para o anno desta Lei aquellas que mais urgentes forem, e que não puderem soffrer demora.
 - Artº. 8º. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. Palacio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá aos seis de Junho de mil oitocentos e cincoenta e oito, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

Joaquim Raimundo de Lamare

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, que houve por bem sanccionar, fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercicio de 1859 e dando outras providencias como nella se declara.

Para Vossa Excellencia vêr.

Francisco Viera de Barros a fez.

Foi sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria do Governo de Mato Grosso aos 06 de Junho de 1858.

O Secretario

Joaq. ^m Felicissimo d'Alm. ^{da} Louzáda

Registada a f. 85 do Livro 4° de Leis. Secretaria do Governo de Mato Grosso em Cuiabá 7 de Julho de 1858.

Joaquim Martins Fernandes.